

CONTRA O RETROCESSO

Roberto Schwarz

Minha mulher e eu hoje levantamos cedo para comprar uma ponte. Ao que dizem será a última privatização realizada no país. A pinguela foi construída há muitos anos pelo Estado, mais precisamente pelo cunhado do prefeito. Ela vai de um lado a outro do córrego e é atravessada por praticamente todo mundo várias vezes ao dia. A sua utilidade está fora de dúvida. Talvez de caso pensado, o edital da venda não explica se o governo costumava cobrar pedágio dos moradores. Sabemos que não, mas é claro que a intenção do comprador não pode ser outra. De minha parte, que não sou do ramo, confesso que estou me apresentando à licitação mais por curiosidade. Uma pinguela não há de ser cara e pode servir de entrada a quem está à margem da atividade econômica moderna. Foi a leitura da página de economia dos jornais que me alertou contra o perigo de ficar parado. Ainda assim, a hipótese de ser dono da ponte me perturba e parece um sonho. Não estarei repetindo o papelão do caipira esperto que comprou um bonde? Anedotas à parte, o que pensar de minha repentina taquicardia, sem mencionar o surto de caretas indignas, em que não me reconheço e que me desequilibra o espírito? A pinguela é pouca coisa, mas muda tudo, se o negócio for feito. As idas e vindas no município nunca mais serão as mesmas, e também eu sairei alterado. Terei ainda a força de passar por alto, de deixar sem comentário a inocência dos patos? O capital não ri enquanto cresce. *Aos patos do mundo inteiro, aquele abraço!* No meu sonho, além de pagar, todos os usuários me darão um alô, que não estarei lá para receber, devido aos muitos afazeres. Acho indispensável o alô pelo consentimento que ele exprime. Não penso em mim, mas na saúde psicológica do povo, a que o costume da cortesia por ocasião dos pagamentos dará a convicção do próprio valor. Se pagam e agradecem, aparecem e existem. Isto no sonho, porque na realidade sou um homem esclarecido, amigo dos fatos, avesso às finezas com que uns e outros gostam de ornamentar a simplicidade das coisas. Nunca me convenci por exemplo de que a propriedade fosse o coroamento do mérito. Nem apelo para o destino para explicar a existência dos miseráveis, que considero efeito normal da falta de dinheiro.

Assim, não fujo aos problemas morais difíceis colocados pela privatização da ponte: por que eu? por que não um outro? e por que não eu mesmo, não havendo desfeita para os demais? No meu entender, os paradoxos da justiça e da injustiça desembocam num vale-tudo, o *catch-as-catch-can* dos anglosaxões, preferível todavia ao igualitarismo doutrinário de 1793 ou 1917, onde se manifestou a falta de pragmatismo dos latinos e dos eslavos respectivamente.

As perguntas de minha mulher vão noutra direção. Ela quer saber por que se diz que as privatizações acabaram. Custei a perceber o alcance da dúvida. Como sempre nestas ocasiões, a tormenta fechou o céu em questão de segundos. A inteligência de minha mulher é rápida e vai direito a um ponto que nem sempre ela sabe explicar. Eu sou mais acadêmico e não argumento mal, porém desconfio que aqui e ali falte assunto às minhas dissertações. Muitas vezes nos completamos, ela e eu, e posso dizer, com a mão na consciência, que não me queixo do estado conjugal. O afeto, a confiança, a cumplicidade sem a qual não teríamos visitado o Egito nem nos animaríamos a investir na ponte, tudo isto é invulgar e me enche a alma de satisfação. Sei o que a minha vida ganhou com o casamento e o que perderia sem ele. Ainda assim, um nada muitas vezes desata os elementos. Entre a incompreensão obtusa e a implicância atilada os canais são múltiplos, e longe de mim a pretensão de saber qual das duas provoca animosidade maior. A questão desperta a minha curiosidade, e gostaria de aprofundá-la em outro momento, quando não fosse suspeito de argumentar em causa própria. Seja como for, o fato é que nunca deixei de saudar com pânico e euforia a irrupção em cena desta outra mulher mais ríspida, de mãos na cintura, que ri alto e com desprazo das razões que alego. Quanto a mim, os meus amigos, que de um modo geral são pessoas educadas, ficariam surpresos de ver a determinação selvagem com que nestas ocasiões de beligerância insisto no uso apropriado das noções, aponto erros de raciocínio ou gramática etc. Certa vez, diante de um impasse desta ordem, me neguei a procurar no dicionário a palavra controvertida. Disse à minha mulher, um tanto vaga no que respeita à ordem alfabética — razão pela qual em casa sou eu quem consulta listas telefônicas e enciclopédias — que buscasse o termo ela mesma. A humilhação só não se consumou porque ela atirou o dicionário à minha cabeça, deixando-me na testa esta cicatriz, de que sem hipocrisia me orgulho e que considero algo de forte que a vida me deu. E aliás devo dizer que numa mulher de juízo tão fulminante a insegurança quanto à ordem convencional das letras, causada embora pelas carências da escola secundária em nosso calamitoso país, é um traço de adorável superioridade, a que só um marido trivial não saberia se curvar.

Hoje cedo a minha cegueira era sincera e fui franco ao dizer que minha mulher procurava pêlo em casca de ovo. As privatizações estavam terminando porque estavam terminando, ora essa, e neste passo era inevitável que chegássemos tarde à licitação. Assim, nem sempre o discernimento é bem

recebido, pois há coisas que o ser humano prefere ignorar. Nossa guerrilha matutina corria tranquila e minha mulher me parecia perdida como de costume num mato de suposições e distinções que não fazem diferença, quando senti vacilar o chão. Por mais que me contrariasse, o argumento caminhou dentro de mim com clareza, como se eu estivesse a seu favor. Há momentos em que nós não somos nós. Ato contínuo passei ao obscurantismo deliberado e furioso, que entretanto não durou vinte minutos, pois o interesse falou mais alto e reconheci, com admiração espontânea e sem reservas, a qual é um reflexo caro a meu amor-próprio, que mais uma vez não era eu quem tinha razão. Uma coisa é não haver mais nada a privatizar; outra diferente é a inutilidade de seguir privatizando. Qual seria o nosso caso? É em circunstâncias como esta que lamentamos a falta de uma experiência de vida mais ampla, que permita opinar com propriedade sobre a solidez da ordem vigente.

A mercantilização é a tendência de nosso tempo. Entendo que estão comercializando o espaço sideral e submetendo ao regime de propriedade privada a fórmula dos genes, em detrimento do Brasil. "Entendo" é maneira de dizer, pois imagino que até poupadores mais atualizados do que eu não meçam o alcance desta marcha. Em linha com ela, o arrendamento da Rua Central, a terceirização da primeira missa, nos dias úteis, e a próxima privatização da pinguela podem mesmo ser os episódios finais de um processo que se completa e não deixa nada de fora. Os céus, a estrutura da vida, a pinguela, foi-se tudo. Não que eu lamente a extensão das operações de compra e venda à totalidade do cosmos, fora e dentro de nós. Como todo mundo, sei que se não fosse assim seríamos presa da irracionalidade, que leva ao totalitarismo. A emoção que senti quando mentalmente me alistei entre os possíveis compradores da ponte liga-se a esta ordem de idéias vitoriosas. Só a disciplina do mercado imprime razão ao interesse dos indivíduos. Se é permitido sonhar, o princípio chegaria à vigência benéfica plena quando a desestatização alcançasse o oxigênio que eles respiram. Vejo daqui os narizes se torcendo para o exagero demagógico destas palavras, já que a pressão do mercado normalmente se exerce através de privações com efeito menos direto, como por exemplo a fome. Mas o raciocínio não é tão infundado como se pensa, e a raiva que me dá quando olho as pessoas respirando de graça tem igual só na raiva que me daria ter de pagar para respirar por minha vez. Dito isso, não estou querendo sufocar ninguém, e tenho a certeza de que o pedágio na pinguela colocará ordem e sentido no vaivém de meus conterrâneos, que conhecerão o preço de seus caminhos. Deixemos porém os devaneios e tratemos de chegar a tempo à licitação, última oportunidade para que minha mulher e eu subamos ao bonde da História e nos alinhemos com a minoria responsável.

Há coisa mais poética do que um casal que compra uma ponte? Os dois madrugaram cheios de planos e um pouco apreensivos, abriram as persianas da sala, afastaram as cortinas do sonho, puseram-se de acordo

sobre alguns detalhes que estavam pendentes, e agora saem à rua, ao sol da manhã, com o propósito de adquirir um bem. Conhecem a ponte há muito tempo, de cor e salteado, e neste sentido ela já era sua quase desde sempre. Quem saberia dizer quantas vezes a cruzaram, a passeio ou às pressas, juntos ou separados, com terceiros ou em bando? Sem faltar ao respeito, o papel passado não virá senão oficializar uma intimidade antiga. Pois bem, com a compra estas relações todas vão se intensificar. A ponte agora será propriedade dos dois, a quem deixa mais unidos. Ela fará parte íntima deles, também para os outros, que os definirão como os donos dela, pessoas separadas das demais neste aspecto, que desperta sentimentos variados. O casal por sua vez precisará dos amigos moradores de um modo novo e mais complexo, em que a colaboração passa pelo risco da negativa: quem não coopera não vai ao outro lado, e quem não vai ao outro lado poupa um tostão. O propósito obviamente não é de interditar a passagem, mas de a disciplinar e trazer à decisão consciente, com benefício geral. No conjunto estas relações participam de uma forma superior de civilização, contratual e consentida, com meandros de ironia e desprendimento, privação aqui e plenitude adiante, um jogo de embates e reciprocidade que me comove até o âmagio, e que, para tudo dizer, resume a minha idéia de humanidade, música e beleza. Sem estas considerações talvez não se entendesse o efeito de ducha fria do reparo que me esperava. "Mas quem vai pagar o pedágio que tornará rentável a pinguela? os desempregados?" A pergunta não é descabida, como eu mesmo fui capaz de reconhecer, passado um momento. Trata-se de mais uma intuição desassombrada de minha mulher, que procura aplicar bem o nosso dinheiro, no que tem razão e o meu apoio. Aí estava aliás a prova de que a cessação das privatizações pode ser vista de diferentes maneiras. Por que então o tumulto interior que as formulações dessa espécie me causam?

Não quero passar por melhor do que sou. Como toda pessoa adiantada, me dou conta do papel determinante da economia na vida moderna, e discordo do idealismo dos socialistas. Não me escapa que a ponte será mau negócio se os pedestres estiverem sem dinheiro no bolso, e bastou que minha mulher lembrasse este lado da coisa para que nos pusessemos de acordo. Demos até muita risada e de brincadeira calculamos que na circunstância seria mais educativo derrubar a pinguela. Tudo isso é corriqueiro e pouco digno de nota. O que vou submeter ao leitor entretanto são os pensamentos que me assaltaram *no intervalo*. Me refiro ao tempo decorrido entre a compreensão do adulto maduro e o instante em que ouvi a pergunta. Com efeito, quando a minha mulher mencionou os desempregados fiquei em pé de guerra. O que tem a ver o desemprego com o meu direito à ponte e a uma vida dinâmica, enriquecida pelos benefícios da modernidade? Ninguém viu os pais de família demitidos! Eles podem não estar desabrigados. Alguém os conhece e confirma que não caíram na farra ou coisa pior? Quem são eles? Às vezes ficamos de quatro diante de um chavão. Quando a ponte estiver comprada, eles talvez me conheçam. E por

que falar deles coletivamente, como se fossem uma entidade? Mas sou psicólogo o bastante para sentir o insulto escondido na entonação de um reparo infeliz, que de resto apóio. O negócio da ponte vai ter mesmo que ser repensado. Agora a frase sobre a capacidade de pagamento dos desempregados não é apenas uma dúvida, por mais objetiva e oportuna que seja; ela é também um sarcasmo, cujas farpas vou enumerar. a) Ela falta com a caridade cristã em relação aos moradores pobres de nossa cidade, vistos como pouca coisa. b) Ela me põe como um idiota que não percebeu o essencial. c) Sugere que a base de meus planos de grandeza é irrisória. d) Por extensão, ridiculariza o direito do marido à palavra final. Este último aspecto fica mais claro se o leitor souber que naquele exato momento eu empurrava migalhas de pão com o dedo, de modo a formar as minhas iniciais sobre a toalha, ao passo que minha mulher lixava as unhas e tinha a sobancelha esquerda erguida. Explodi. Então só quem paga é consumidor? A baixeza desta definição dispensa comentários. Quem não paga o que é? Pior talvez, quem não consome fica dispensado de pagar? Neste caso como ficam as entradas do proprietário? Sem entradas ele não é nada? E nada não será muito otimismo? Apesar do labirinto dos sentimentos, a figura do desempregado para mim não anula a distinção entre irmão e freguês. Ainda não investimos o nosso dinheiro e já estamos pobres. Eu não acho que uma mulher sem qualificação profissional devesse cortejar o abismo com tanta insistência. E sem o pedágio a ponte ficará ligada a nosso nome somente à maneira antiga, pela anedota e a saudade, algo como por exemplo a Rua do Piolho ou a Travessa do Sapateiro? Retrocesso não é comigo, e vou me defender da inadimplência dos despossuídos. Dou de barato a função matrimonial dos prognósticos econômicos muito negativos, que às vezes projetam sobre a sociedade a falta de saída do constrangimento conjugal. Os que lembram contam que a aspiração antiga por uma sociedade sem oprimidos não passava da amplificação absurda do mal-estar em família de alguns temperamentos messiânicos. Acho possível. Mas sustento que o influxo contrário também ocorre. O sopro que anima os dias de combate em grande estilo em minha casa é uma clarinada que vem de fora e de mais alto. Como não ver no meu desdém pela crase mal-colocada o direito ao mando das classes que dominam a ortografia? Quem sabe escrever, sabe governar. A controvérsia violenta sobre a disposição das folhas de salada no prato em última análise se refere à indisciplina da mão-de-obra brasileira. A desordem que flui e reflui em nossa sala de visitas é de natureza claramente insurrecional. Gosto dela. São antecipações de um dia pelo qual anseio, em que nós brasileiros ajustaremos contas fora da regra tacanha do lucro e do juro, com a liberdade e os movimentos amplos que fazem das evoluções do tubarão no cinema um espetáculo inigualável. Concorro plenamente com o rei que mandou enforcar o mais querido de seus pintores paisagistas porque o suspeitava de exaltar um sentimento da natureza sem lugar para a propriedade privada. Vejo na TV como o público vibra com a implosão de arranha-céus leprosos, de cuja inauguração com bandeirolas as pessoas de meia-idade se recordam. Neste ponto minha

mulher e eu simpatizamos com o povo, como aliás achamos que o melhor da TV é o momento de desligar. Contam que ao chegar a Manhattan a refugiada de guerra Ernestina Roth se recusou a dobrar os joelhos e disse, com ingratidão imperdoável, que aquilo que tinha diante dos olhos era um despropósito que não se sustentaria conceitualmente em caso de a humanidade alguma vez se levar a sério. Pois bem, vou à licitação assim mesmo. Não sei se quero a pinguela, que vai me dar uma porcaria por não sei quanto tempo, o qual tratarei de prolongar ao máximo, a bala ou como for possível, depois do que não fico no país nem um minuto mais. Não devo esquecer a minha carteirinha de primo da sobrinha do prefeito.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 39, julho 1994
pp. 11- 48
